

a realidade catarinense a partir da Revelação, da Tradição, do Magistério e dos Sinais dos tempos.

Numa 3ª etapa definimos o diagnóstico da realidade através da identificação das causas dos problemas, suas tendências e maiores urgências.

Numa 4ª e última etapa elaboramos o Plano Regional de Pastoral, definindo o Objetivo Geral, os destaques e as diretrizes pastorais, bem como os setores de pastoral, a estrutura e os mecanismos de coordenação, as formas de avaliação, o organograma, o regimento e a programação das principais atividades, ou seja, o cronograma.

Presidentes e subsecretários

Decorridos 22 anos de sua instalação, o Sul IV realizou 24 Assembléias Gerais ordinárias e diversas extraordinárias.

D. Afonso Niehues, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis foi eleito e reeleito Presidente do Regional por 3 mandatos consecutivos. Em 1987, D. Oneres Marchiori, Bispo de Lages, é eleito Presidente por 4 anos, sendo reeleito em 1990. Fazem parte da Presidência atual

(1990-1993) o Vice-Presidente, D. Osório Bebbber e o Secretário, D. Murilo S. R. Krieger.

Foram subsecretários ou secretários executivos do Regional Sul IV: Pe. Osmar Mueller (1970-1974); Frei Arminado Festa (1975-1977); Mons. Valentim Loch (1978-1982); Pe. Pacífico D'Agostin (1983-1985); Pe. Elias Della Giustina (1986-).

O organograma

O organograma retrata a estrutura funcional do Regional Sul IV. É por isso que publicamos este organograma para que tenham uma clara noção da sua organização e das suas diversas instâncias. Este organograma é resultado da última adaptação do Regimento do Regional Sul IV, feita em 1989. Ele retrata a estrutura que planejamos para o funcionamento do Regional Sul IV.

Florianópolis, 01 de maio de 1991

Endereço do autor: Rua Des. Arno Hoeschel, 76 — 88010 — Florianópolis — SC — Fone: (0482) 22-2792 e 22-2869

CONSELHO DE IGREJAS PARA EDUCAÇÃO RELIGIOSA — CIER “20 ANOS DE DESAFIOS”

Ir. Lurdes Caron
Secretária do CIER

Ao celebrar os “20 ANOS” de DESAFIOS DA CAMINHADA do Conselho de Igrejas para Educação Religiosa — CIER, temos a alegria de fazer chegar até você um pouco da síntese histórica das etapas desse organismo, suas preocupações, seus desafios e conquistas, bem como questionamentos que fazemos para aprofundar a reflexão e alimentar a continuidade da caminhada.

O trabalho apresentado não é completo. Trata-se apenas de uma pequena síntese histórica sobre os 20 anos não só do CIER como instituição, mas de todo o contexto da Educação Religiosa Escolar — ERE em Santa Catarina.

A história de negociações com relação à implantação da Educação Religiosa nas Unidades Escolares.

I. História do CIER

1.1 Origem

Em Santa Catarina, o Ensino Religioso, caracterizado por Educação Religiosa Escolar — ERE (Decreto nº 13.692/81), registra seu início na década de 70, com toda uma história de constantes desafios, que exigiram persistência, diálogo, sinceridade, luta, calma, prudência e muitas negociações em todo o decorrer do processo.

A história de negociações com relação à implantação da Educação Religiosa nas Unidades Escolares — UEs de Santa Catarina, tem início já em 1955 com a aprovação do Decreto nº 498/55, que regulamenta o Ensino Religioso

nas Escolas Oficiais do Estado.

No ano de 1966, os bispos de Santa Catarina, reunidos em Azambuja, Brusque, mantêm o seu primeiro contato com o Sr. Governador Ivo Silveira, para estudar sobre a possibilidade da implantação das aulas de ERE remuneradas.

Daí para frente, Dom Afonso Niehues, então Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, continuou mantendo os referidos contatos, intensificando-os no ano de 1969. Nesse ano, Dom Afonso manteve contatos mais diretos com o Secretário de Educação e Cultura do Estado, Sr. Professor Jaldir Behring Faustino da Silva, novamente visando à possibilidade de conseguir a orientação e a remuneração às aulas de ERE.

No dia 10 de fevereiro de 1970, o Prof. Jaldir Behring Faustino da Silva solicitou à CNBB — REGIONAL SUL IV providências para a elaboração e execução de um programa de Educação Religiosa Escolar que viesse ao encontro das necessidades de integrar os objetivos educacionais do Estado às aspirações das Igrejas de Santa Catarina.

Neste mesmo ano constituiu-se grupo de trabalho para, sob a coordenação Regional Sul IV, na ocasião Pe. Osmar Müller, elaborar Programas de ERE de 1ª a 4ª série do 1º grau, que recebeu parecer do Conselho Estadual de Educação (Parecer do CEE/SC nº 72/70) e 5ª a 8ª série (Parecer do CEE/SC nº 78/72).

Santa Catarina, um Estado marcado pela cultura predominantemente cristã, mostra através de pesquisas realizadas, que 95% dos alunos das escolas de 1ª e 2ª graus da

Rede Pública Estadual, pertencem a Confissões Religiosas Cristãs (dado que se confirmou em 1987). Em decorrência deste fato, optou-se por um programa de Educação Religiosa Escolar de caráter ecumênico.

Frente à realidade relatada acima, o Regional Sul IV, através do Pe. Osmar Müller, tomou providências no sentido de convidar Confissões Religiosas interessadas em participar na criação do Conselho Interconfessional para Educação Religiosa — CIER, hoje Conselho de Igrejas para Educação Religiosa — CIER, com estatuto, regimento e plano de ação próprios. Desde o seu início o CIER, que ficou considerado como um organismo anexo da CNBB, tem sua sede no próprio prédio onde funciona a CNBB — Regional Sul IV.

No dia cinco de outubro de 1972 realizou-se a 1ª Assembléia das Confissões Religiosas para a Educação Religiosa Escolar do Estado de Santa Catarina (Cf. Livro de Atas nº 1 — do CIER), onde foi eleita a primeira Diretoria: Presidente: Dom Gregório Warmeling (Igreja Católica Apostólica Romana) Vice-Presidente: Pr. Osvaldo Henrique Hack (Igreja Presbiteriana do Brasil) Secretário: Pr. Heinz Ehlert (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).

Estavam presentes nesta Assembléia representantes das Igrejas: Católica Apostólica Romana (ICAR); Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB); Ortodoxa Grega (IOG); Evangélica O Brasil para Cristo (IEOBPC); Evangélica Assembléia de Deus (IEAD); Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Conselho Interconfessional para Educação Religiosa.

Anterior a esta 1ª Assembléia eletiva, já tinham acontecido três encontros com representantes de Confissões Religiosas de Santa Catarina, e o CIER funcionava em caráter provisório. Na data de 05/10/72, ficou consolidado como Conselho Interconfessional para Educação Religiosa — CIER. O Executivo era o Pe. Osmar Müller e a Orientadora de Educação Religiosa Escolar pelo Regional Sul IV era a Irmã Clementina Fusinato, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que mais adiante tornou-se Secretária Executiva do CIER até 29/06/82.

Em 1974 o CIER passa a ter o seu primeiro estatuto, aprovado em assembléia e registrado no Registro Civil de Títulos de Florianópolis, SC.

Em novembro de 1979, o CIER passa à denominação de Conselho de Igrejas para Educação Religiosa — CIER.

1.2 Mística do CIER

O Conselho de Igrejas para Educação Religiosa — CIER — é uma associação fraterna de igrejas cristãs que:

Confessam o SENHOR JESUS CRISTO COMO FILHO DE DEUS, IRMÃO, SALVADOR, SEGUNDO AS ESCRITURAS. Este é o seu quadro de referência.

Procuram viver a grande meta — Unidade das igrejas cristãs — e cumprir a sua vocação comum de ser: SAL (Mt 5, 13), LUZ (Mt 5, 14) e FERMENTO (Mt 13, 33).

Ponto de partida — Foram aquelas palavras de Cristo na Oração Sacerdotal: "PAI, QUE TODOS SEJAM UM

PARA QUE O MUNDO CREIA QUE TU ME ENVIASTE" (Jo 17, 21).

O CIER vive a preocupação do Apóstolo Paulo quando pergunta: "Por acaso Cristo está dividido?" (1 Cor, 13).

Numa unidade que respeita a diversidade das tradições cristãs que representa, o CIER procura responder ao apelo de Jesus: "PAI, QUE TODOS SEJAM UM".

O CIER faz da Bíblia o seu livro básico e de Jesus Cristo, único Salvador, a meta do testemunho da fé, o sinal do novo dia que, através do movimento ecumênico, vem unindo os cristãos.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo da ERE

O Ensino Religioso em Santa Catarina, caracterizado pelo Decreto 13.692/81 por Educação Religiosa Escolar, tem como objetivo: "ILUMINAR À LUZ DA FÉ OS PASSOS QUE O ESTUDANTE FAZ NAS DIVERSAS DISCIPLINAS E EM SUA FORMAÇÃO CULTURAL, PESSOAL E SOCIAL, PREPARANDO-O PARA A POSSIBILIDADE DE UMA CATEQUESE MAIS APROFUNDADA EM SUA COMUNIDADE DE FÉ".

Desencadear um processo de Educação Religiosa Cristã Transformadora.

1.3.2 Objetivo do CIER

"O CIER tem por finalidade DESENCADear UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ TRANSFORMADORA, ATRAVÉS DE UM PROGRAMA INTEGRADO NA ESCOLA PÚBLICA, COM AS RESPECTIVAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, PROMOVENDO O SENTIDO DA VIDA À LUZ DO REINO DE DEUS." Para isso o CIER deverá:

- I — articular as diversas confissões religiosas cristãs e representá-las junto aos órgãos oficiais e extra-oficiais;
- II — buscar a unidade na diversidade, evitando proselitismo;
- III — comprometer-se com Jesus Cristo: Filho de Deus, Irmão, Senhor do Universo e Salvador, segundo as Escrituras;
- IV — formar agentes para a Educação Religiosa Escolar;
- V — orientar e acompanhar as atividades da Educação Religiosa Escolar;
- VI — conveniar com as entidades particulares e públicas recursos necessários;
- VII — atender outros objetivos que correspondam às suas finalidades.

2. Organização do CIER

O Conselho de Igrejas para Educação Religiosa, para melhor garantir a natureza, princípios e objetivos da ERE de caráter ecumênico, está assim organizado:

2.1 A nível estadual

O CIER é formado por uma Diretoria eleita em assembléia conforme Estatuto, constituída de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Secretário, 2º

Secretário e Conselho Fiscal.

. Comissão de Assessoria para Educação Religiosa — CAER, formada por representantes (titulares e suplentes) de cada uma das igrejas-membro do CIER.

. Comissão de Educação Religiosa Escolar junto à Coordenadoria de Ensino — CODEN, no setor dos Serviços de Ações Integradas — SEAIT, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (1).

2.2 A nível regional

. Comissão Regional de Educação Religiosa Escolar — CRER, formada por representantes locais das igrejas-membro do CIER.

. Serviço de Orientação da Educação Religiosa Escolar, junto às Unidades de Coordenação Regionais de Educação — SEORE/UCRE (2).

2.3 A nível de unidade escolar

. Professor regente que atende pré-escolar, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série.

. Professor de ERE para 5ª a 8ª série do 1º grau e 2º grau.

. Aluno de pré-escolar, 1º e 2º graus.

Atualmente, dez confissões religiosas integram o CIER.

3. Igrejas que compõem o CIER

Atualmente, dez confissões religiosas integram o CIER. São elas:

- . Convenção Batista Catarinense — CBC
- . Igreja Batista Independente — IBI
- . Igreja Católica Apostólica Romana — ICAR
- . Igreja Evangélica Assembléia de Deus — IEAD
- . Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — IECLB
- . Igreja Evangélica Luterana do Brasil — IELB
- . Igreja dos Irmãos Menonitas — IIM
- . Igreja Metodista — IM
- . Igreja Presbiteriana do Brasil — IPB
- . Igreja Presbiteriana Independente — IPI

4. Indicação, seleção e capacitação de professores e orientadores de ERE

4.1 Indicação e seleção

A indicação e seleção de professores e orientadores de ERE é da competência das autoridades religiosas, observando-se critérios definidos em regimento próprio.

A admissão e remuneração são da responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação/SC.

4.2 Capacitação

Para capacitar os professores de ERE, o CIER em articulação com a Secretaria de Educação e instituição de ensino superior vem desenvolvendo cursos de 40, 120 e 360 horas/aula, nos quais o currículo prevê a formação didático-pedagógica e específica (Religiosa).

4.3 Professores de ERE/Formação

Em Santa Catarina, pelo levantamento realizado junto

às Unidades de Coordenação Regional de Educação — UCRES, em 1990 temos um total de 1.183 professores de ERE da 5ª à 8ª série e 2º grau, com regime de trabalho semanal variando entre 10, 20, 30, 40 horas/aula. Destes, 1.083 são católicos e 100 professores são das outras igrejas cristãs que integram o CIER.

Ainda, dos 1.183 temos 65 professores com Teologia completa e 11 com a mesma incompleta. Mais 390 professores com formação de 3º grau completo, 95 com formação de 3º grau incompleto. Temos 623 professores com 2º grau completo e 11 professores só com o 1º grau.

Dos 1.183 professores de ERE, 891 são professores admitidos em caráter temporário — ACT, para aulas de ERE; 208 professores são admitidos em caráter temporário para outras disciplinas e dão também aulas de ERE; apenas 84 são efetivos no quadro do magistério em outras disciplinas e completam a carga horária com aulas de ERE (3).

1.083 são católicos e 100 professores são das outras igrejas cristãs que integram o CIER.

4.4 Clientela escolar

A ERE, pelos dados fornecidos pela UNDI/SEE — SC/1990, atende indiretamente 924.598 alunos; diretamente de pré-escolar, 1ª a 8ª série e 2º grau, são 637.062 alunos.

SÉRIES				
REDE	1ª a 4ª	5ª a 8ª	2º GRAU	TOTAL
FEDERAL	892	564	4.446	5.902
ESTADUAL	337.294	221.322	78.446	637.062
MUNICIPAL	146.592	28.079	1.770	176.441
PARTICULAR	41.478	30.582	33.133	102.193
TOTAL	526.256	280.547	117.795	924.598

Lembramos que de pré-escolar e 1ª a 4ª série é o próprio professor regente da classe que dá (ou não) a aula de ERE. Somente de 5ª a 8ª e 2º grau é que há professor específico para as aulas de ERE.

Portanto, a formação e a permanência do professor de ERE continua sendo um constante desafio para nós cristãos, a fim de se dar um bom atendimento quanto à ERE, a toda a clientela, principalmente à clientela da Rede Pública Estadual.

Em que você, leitor, pode auxiliar para garantir uma melhor formação do educando catarinense?

A formação e a permanência do professor de ERE continua sendo um constante desafio.

5. Programa de ERE

As aulas de Educação Religiosa seguem um programa comum de caráter ecumênico, elaborado pelo Conselho de Igrejas para Educação Religiosa juntamente com a Secretaria da Educação.

O programa compreende a formação religiosa da Educação pré-escolar, 1º e 2º graus fazendo parte do currículo.

Para a educação pré-escolar a linha fundamental é — “DEUS É AMOR”.

Para o 1º grau o programa compreende livros para professor e aluno, por série, tendo como linha fundamental os seguintes temas:

- 1ª série — Deus é Amor nos dons da criação
- 2ª série — Deus é Amor no doar-se aos seres criados
- 3ª série — Deus é Vida — a vida surge da doação
- 4ª série — Deus nos ama em seu Filho Jesus Cristo
- 5ª série — Deus chama a viver sua vida
- 6ª série — Deus chama a viver e crescer em Jesus Cristo
- 7ª série — Deus salva em Jesus Cristo — libertação
- 8ª série — Deus chama a viver e crescer na opção

No 2º grau, o programa desenvolvido tem como linha fundamental: “JESUS CRISTO — o centro polarizador de todo o Universo e de toda a ação humana”.

6. Implantação/Implementação e Legislação em Santa Catarina

A ERE, em Santa Catarina, nasceu motivada pela Lei 5.692/71, artigo 7º que diz: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”.

Em Santa Catarina, os Decretos nº 64 de 09.08.1935 (Nereu Ramos) e nº 498 de 01.02.1955 (Irineu Bornhausen), regulam o Ensino Religioso nas Escolas Oficiais do Estado.

Na década de 1970, intensos trabalhos e estudos foram desenvolvidos na área de Educação Religiosa. Porém, somente em 1978 é que foi constituída uma nova comissão de estudos, integrada por técnicos da Secretaria da Educação e do Conselho de Igrejas para Educação Religiosa, a fim de elaborar o Anteprojeto do Decreto que visava estabelecer mecanismos operacionais para a implantação da ERE nas UEs de 1º e 2º graus das escolas da Rede Pública Estadual.

Em 1978 é regulamentada e disciplinada a ministração de aulas de ERE, como *experiência piloto*, nas Unidades de Coordenação Regional — UCREs da Diocese de Tubarão (Decreto nº 5.009 de 29.05.1978).

Em Santa Catarina ficou caracterizado como Educação Religiosa Escolar — ERE.

Em 1981, outro grupo de trabalho é constituído para proceder a estudos sobre a implantação da ERE e elaboração do Decreto que é publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Decreto nº 13.692 de 14.04.1981, que regulamentou o Ensino Religioso nas escolas de 1º e 2º graus da Rede Pública Estadual, que em Santa Catarina ficou caracterizado como Educação Religiosa Escolar — ERE.

Com a aprovação do Decreto nº 13.692 de 10.04.1981, a implantação da ERE de 5ª a 8ª série e 2º grau em Santa Catarina se deu de forma gradativa através das seguintes portarias:

Portarias nº 008/81 — SEE de 20.08.81

nº 009/81 — SEE de 26.10.81

Portaria/Ofício SEE nº 03/123/82 de 20.05.82

Portarias nº 002/84/SE de 01.02.84

nº 001/86/SE de 31.01.86

nº 006/88/SE de 10.03.88

Esta última implanta a ERE em todas as Unidades Escolares de 1º e 2º graus, independente do número de turmas de 5ª a 8ª séries e 2º grau.

Convém, aqui, observar que a gradativa implantação levou mais de 8 (oito) anos.

Continua em vigor atualmente o Decreto nº 13.692/81 e as Portarias nºs 001/86 e 006/88.

O Ensino Religioso em Santa Catarina está garantido no Sistema Estadual de Ensino — Lei nº 4.394 de 20 de novembro de 1969, artigo 25 e na Constituição de 1988, artigo 210, parágrafo 1º: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

NOTA: É preciso estar atentos quanto ao atual plano de modernização do Governo de Santa Catarina, principalmente com relação à municipalização do Ensino, à elaboração do novo Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e outras legislações decorrentes.

Maior número de pessoas assumindo a causa da ERE com consciência crítica.

7. Pontos a destacar

7.1 Pontos significativos

- Identidade da ERE;
- Trabalho integrado entre várias igrejas cristãs e Secretaria de Educação visando ao fortalecimento da Educação Religiosa Escolar;
- Maior número de pessoas assumindo a causa da ERE com consciência crítica;
- Partilha da experiência de Santa Catarina com outros Estados da Federação;
- Investimento na capacitação de recursos humanos para a ERE;
- Mobilização de vários segmentos da sociedade catarinense para garantir a ERE nas legislações.

7.2 Avanços

- A ERE vista com maior seriedade e tendo o apoio da SEE/SC como os demais componentes curriculares;
- Fortalecimento dos compromissos e reflexões para uma educação humana e transformadora;
- Maior valorização da ERE como componente curricular integrante e integrador de toda a ação educativa;
- Espaço aberto para o trabalho da ERE com os professores de pré-escolar, 1ª a 4ª série e alunos do curso de magistério;
- Percebe-se uma maior preocupação dos professores na busca de maior embasamento, compreensão e definição de diretrizes que deverão nortear a prática pedagógica da ERE e da educação como um todo;
- Envolvimento das APPs no processo pedagógico das UEs (unidades escolares), investindo na aquisição de material didático, livros, entre outros;
- Interesse por parte de educadores de outras redes, municipal e particular, participando das atividades de implementação da Proposta Curricular de ERE;
- Impressão e divulgação dos jornais e livros com todos

os conteúdos da Proposta Curricular, permitindo a todos os professores o conhecimento e a reflexão sobre os mesmos (especialmente o de nº 3).

Necessidade de mais pessoas para o trabalho de ERE no Estado.

8. Desafios

- A indefinição da situação funcional do professor de ERE;
- Necessidade de maior investimento para um processo contínuo de capacitação de recursos humanos envolvidos com a ERE;
- Atualização constante do programa de ERE e a continuidade desse trabalho na linha ecumênica e na perspectiva transformadora;
- Retomada constante dos trabalhos da ERE face à rotatividade de professores, autoridades educacionais e religiosas;
- Necessidade de mais pessoas para o trabalho de ERE no Estado a nível de Secretaria da Educação e CIER nos seus diversos segmentos, bem como de recursos financeiros para garantir a continuidade dos trabalhos de ERE;
- A modernidade na educação;
- Aprofundar a vivência cristã e o diálogo religioso;
- O pluralismo e o secularismo religioso;
- Desníveis do referencial teórico de agentes do processo educacional, impedindo a compreensão mais profunda da ERE e suas manifestações;
- Programar e atender professores de ERE de 5ª a 8ª série e 2º grau, pelo compromisso que os professores têm com outras escolas e disciplinas.

9. Conclusão

Hoje, 20 anos de caminhada da Educação Religiosa Escolar, portanto também do CIER, percebe-se que está crescendo a preocupação para a aquisição de um referencial atualizado, para que se recrie uma sociedade agente de sua própria história.

Conclui-se que vale a pena acreditar e dar continuidade a este trabalho, investindo na formação de recursos humanos, comprometidos com a vida, sujeitos da história, construtores de uma nova sociedade, mais justa, solidária e fraterna.

Permanece o desafio frente à modernização do governo atual, com novas estruturas administrativas na educação, a fim de garantir a manutenção do espaço para a ERE a nível estadual, regional, municipal e local e, ao mesmo tempo, nas legislações, bem como frente ao pluralismo e secularismo religioso.

E, por último, para encerrar, acrescentamos o discurso do Presidente do CIER, *Dom Gregório Warmeling* (Bispo da Diocese de Joinville), proferido na abertura da XXIII Assembléia Ordinária do CIER — Morro das Pedras, Florianópolis — SC, nos dias 6 e 7 de novembro de 1990. "CIER — 20 ANOS DE CAMINHADA."

"Muitas já foram as assembléias realizadas pelo CIER. Todas revestidas de muita seriedade, objetividade e responsabilidade. Nem poderia ter sido diferente, dada a personalidade humana e o compromisso cristão de cada um dos participantes.

No entanto, quer-me parecer que esta assembléia terá que abordar problemas sérios, muito sérios, que exigirão necessariamente um posicionamento claro e decidido.

Os 20 anos de caminhada abriram pistas e sulcos, é verdade, mas também não deixaram de nos colocar pedras, e grandes, na nossa estrada. Mesmo assim alimento a esperança, digo mais, alimento a certeza de que ao término, poderemos dizer a todas as nossas igrejas o que disse Pedro no fim do Concílio de Jerusalém: 'Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós' (At 15). . .

1. Começo por questionar a nossa própria instituição. O CIER que sonhamos está respondendo aos desafios que a sociedade nos coloca? 'Iluminamos à luz da fé os vários conhecimentos científicos que os alunos vão adquirindo?' A ERE está sendo transformadora? O texto curricular das aulas responde aos anseios e questionamentos existenciais dos alunos? A linguagem é suficientemente clara e chamativa? Sabemos passar a mais linda teologia em linguagem transparente? A nossa própria pertença ao CIER representa o quê? Um certo status? Uma simples oportunidade para apresentar professores de ERE? Ou representa mesmo um testemunho de fé ecumênica, suficientemente corajoso, para enfrentar e até denunciar em nome do Senhor Jesus os demônios sociais que nos rodeiam? Temos a coragem de ser faróis?

O CIER que sonhamos está respondendo aos desafios que a sociedade nos coloca?

Face à proliferação religiosa, sem precedentes na história, ficamos cabisbaixos? Envergonhados? Sem vez e sem voz? Ou testemunhamos de frente erguida, alto e bom som, a excelência e superioridade humana, humana, sim, da nossa fé, pelo tipo de vida que nós mesmos vivemos? Será que não temos que aprender a dialogar com os vários coloridos religiosos que reclamam espaço neste final de século? Será que o ecumenismo não é ainda só uma tese que está mais no ideal de alguns, idealistas sinceros e convictos, mas nem de longe entrou na alma das nossas igrejas? Quando estaremos rodeando o mesmo altar? O ecumenismo já é uma realidade catarinense?

Será que o CIER tem que continuar sediado sempre nas dependências da CNBB? Como é que isso reflete afetivamente nas demais confissões? Predominância da Igreja Católica? Não seria melhor um outro lugar? Ou nas dependências de outra confissão? Sede própria? Até agora motivos financeiros nos levaram a ficar onde estamos.

2. Um outro problema grave e sério, que exige posicionamento, é o do curso de 3º grau. Apesar de vários anos de luta, sincera e dura, confesso que ainda não conseguimos espaço para nós. E isso dói. No entanto, tenho a convicção de que isso é uma questão de justiça para com os professores que não podem continuar sempre na dependência de nova contratação a cada fim de ano. Uma questão de justiça porque os salários não compensam. Não pregamos justiça? Ficaremos sempre dependentes das benesses do governo? Ou as nossas igrejas assumem de uma vez por todas a causa do ecumenismo? Não é novidade para ninguém que um curso de 3º grau envolve altos custos. Estamos todos nós decididos a abraçar a causa?

3. Uma terceira situação muito delicada é a financeira. Ao longo de todos esses anos sempre navegamos com dificuldades. Chegamos à praia vivos? Essa gloriosa constatação prefiro deixar para o tesoureiro expor na hora oportuna.

Senhores participantes! Pelo simples elenco de apenas três tópicos, todos estamos mais do que conscientes da complexidade que nos envolve. Esta Assembléia deverá lutar com unhas e dentes para descobrir novas artérias de sangue puro, que continuem a irrigar o corpo do CIER."

NOTAS

- (1) Era assim até o final do governo Casildo Maldaner. Haverá mudanças com a proposta do governo Kleinübing
- (2) Idem
- (3) Cf. estatística — arquivo do CIER.

Endereço da autora:

Rua Anita Garibaldi, 08, apart. 802 — FPOLIS, SC — CEP 88010
— FONE (0482) 23-3243

PROJETO IGREJAS IRMÃS

Memória histórica de uma caminhada

Pe. Elias Della Giustina
Secretário do Regional Sul IV

“O Projeto Igrejas Irmãs (PII) é uma ação pela qual duas Igrejas, em nível nacional ou continental, se comprometem por uma colaboração missionária mútua mediante a participação de recursos humanos, financeiros e institucionais, tendo em vista motivar e realizar o dever da missão universal que incumbe a todo o povo de Deus” (Introdução do folheto explicativo sobre o PII).

Os bispos de Santa Catarina sempre foram muito interpelados por seus irmãos no Episcopado de outros Estados, por se encontrarem num Estado rico em vocações. Percebendo o contraste gritante quanto à proporção de sacerdotes e religiosas de SC em comparação com os das regiões Norte e Nordeste, resolveram iniciar uma cooperação missionária.

Na Assembléia anual do Regional Sul IV em outubro de 1972, junto com as Superiores Provinciais residentes em SC, nossos bispos consideraram os múltiplos apelos recebidos individualmente e decidiram assumir em conjunto um projeto missionário. Pouco depois, em fevereiro de 1973, em Itaiçi, SP, após verificarem o compromisso mútuo das diversas dioceses brasileiras e vendo a peculiar necessidade das dioceses baianas, assumiram o compromisso com o Regional Nordeste III, prioritariamente com o Estado da Bahia.

O PII teria vigência de cinco anos, com possibilidade de renovação. Santa Catarina enviaria seus missionários voluntários, assumindo a sua manutenção mensal e os gastos com viagens e encontros. A Bahia se comprometia com a moradia. Acordou-se também que os padres e as religiosas assumiriam o compromisso por três anos, e os leigos, por dois anos.

O objetivo

O objetivo do PII era conviver e trabalhar com a Igreja do Nordeste III para ajudá-la a atingir suas metas. Para tanto, o PII se propunha ajudar o povo local a se organizar: para viver e celebrar sua fé, para reivindicar seus direitos, e dando prioridade à formação de CEBs, a partir da opção preferencial pelos pobres.

Feita a opção e definido o objetivo, iniciou-se logo a conscientização do povo catarinense. Necessitava-se de padres, religiosas e leigos, para a missão. Um grande traba-

lho foi feito junto às dioceses e congregações religiosas.

E houve resposta. Muitos se santificaram. Então, no ano de 1974, procedeu-se à preparação dos candidatos-voluntários, enquanto se definiam os acertos de contrato e os locais da missão.

Foi em fevereiro de 1975 que partiram os primeiros voluntários-missionários. Eram, ao todo, 23: 3 padres, 9 religiosas e 11 leigos e leigas. Foram para 5 dioceses da Bahia, formando 8 equipes.

Necessitava-se de padres, religiosas e leigos, para a missão.

A formação dos voluntários

O PII estava iniciado. Era preciso dar continuidade. Nas dioceses fazia-se a triagem dos que se interessavam em ser missionários e divulgava-se o PII. Naquele mesmo ano de 1975 e nos anos seguintes multiplicaram-se os encontros de formação dos candidatos, tanto a nível diocesano como a nível regional.

A formação acontecia levando em conta os seguintes aspectos: a espiritualidade missionária, a missão na Igreja, a formação da pessoa, a ação missionária, a vida comunitária, os movimentos populares e sociais, a realidade da Bahia: o homem, a terra, a cultura, a religiosidade, a pastoral.

Cada voluntário preparava-se durante um ano e passava por um teste de seleção individual. Nem todos os de boa vontade conseguiram realizar seu intento. Os candidatos eram muitos, em sua maioria leigos e jovens. Em alguns anos, chegaram a ser até 60, ao todo.

A coordenação dos trabalhos

Havia uma coordenação em SC e uma coordenação do grupo de voluntários na Bahia. Em SC a coordenação do PII foi feita pelo Subsecretário do Regional e pela Secretária da CRB, já que o PII foi assumido pela CNBB e pela CRB. Nas dioceses havia uma pessoa responsável, que por sua vez constituía uma equipe de acompanhamento e seleção.

Nas dioceses era feito o trabalho de seleção e acompanhamento, e organizavam-se estágios em hospitais e paró-